

ACEF/2021/0413577 — Relatório final da CAE

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento.

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. A periodicidade fixada é de seis anos.

O processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento (Processo ACEF) tem por elemento fundamental o relatório de autoavaliação elaborado pela instituição avaliada, que se deve focar nos processos que se julgam críticos para garantir a qualidade do ensino e nas metodologias para monitorizar/melhorar essa qualidade, incluindo a forma como as instituições monitorizam e avaliam a qualidade dos seus programas de ensino e da investigação.

A avaliação é efetuada por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por especialistas selecionados pela Agência com base no seu currículo e experiência e apoiada por um funcionário da Agência, que atua como gestor do procedimento. A CAE analisa o relatório de autoavaliação e visita a instituição para confirmar as informações do relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição.

Antes do termo da visita, a Comissão reúne para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e organizar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação.

A CAE, usando o formulário eletrónico apropriado, prepara, sob supervisão do seu Presidente, a versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa do ciclo de estudo. A Agência remete o relatório preliminar à instituição de ensino superior para apreciação e eventual pronúncia, no prazo regularmente fixado. A Comissão, face à pronúncia apresentada, poderá rever o relatório preliminar, se assim o entender, competindo-lhe aprovar a sua versão final e submetê-la na plataforma da Agência.

Compete ao Conselho de Administração a deliberação final em termos de acreditação. Na formulação da deliberação, o Conselho de Administração terá em consideração o relatório final da CAE e, havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer. O Conselho de Administração pode, porém, tomar decisões não coincidentes com a recomendação da CAE, com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais. Assim, o Conselho de Administração poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE.

Composição da CAE

A composição da CAE que avaliou o presente ciclo de estudos é a seguinte (os CV dos peritos podem ser consultados na página da Agência, no separador [Acreditação e Auditoria / Peritos](#)):

Rui Cortes
Cristina Alegria
Angel Albarran Liso
Julia Tucker Vasques

1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituição de Ensino Superior:

Instituto Politécnico De Bragança

1.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior (proposta em associação):

1.2. Unidade orgânica:

Escola Superior Agrária De Bragança

1.2.a. Outra(s) unidade(s) orgânica(s) (proposta em associação):

1.3. Ciclo de estudos:

Gestão de Recursos Florestais

1.4. Grau:

Mestre

1.5. Publicação em D.R. do plano de estudos em vigor (nº e data):

1.5. _Despacho 2239 2008 Gestão dos Recursos Florestais Funcionamento e Plano de Estudos.pdf

1.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Silvicultura e Caça

1.7.1 Classificação CNAEF - primeira área fundamental:

623

1.7.2 Classificação CNAEF - segunda área fundamental, se aplicável:

422

1.7.3 Classificação CNAEF - terceira área fundamental, se aplicável:

<sem resposta>

1.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

120

1.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, com a redação do Decreto-Lei 63/2016 de 13 de setembro):

Quatro (4) Semestres

1.10. Número máximo de admissões aprovado no último ano letivo:

25

1.10.1. Número máximo de admissões pretendido (se diferente do número anterior) e sua justificação

Não aplicável

1.11. Condições específicas de ingresso.

Não aplicável

1.12. Regime de funcionamento.

Diurno

1.12.1. Outro:

Não aplicável

1.13. Local onde o ciclo de estudos é ministrado:

Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, Bragança.

1.14. Eventuais observações da CAE:

Após solicitação pela CAE foram apresentadas as condições gerais de ingresso mas não as condições específicas

2. Corpo docente

Perguntas 2.1 a 2.5

2.1. Coordenação do ciclo de estudos.

O docente ou docentes responsáveis pela coordenação do ciclo de estudos têm o perfil adequado:

Sim

2.2. Cumprimento de requisitos legais.

O corpo docente cumpre os requisitos legais de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado:

Sim

2.3. Adequação da carga horária.

A carga horária do pessoal docente é adequada:

Sim

2.4. Estabilidade.

A maioria dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos:

Sim

2.5. Dinâmica de formação.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos, quando necessário:

Em parte

2.6. Apreciação global do corpo docente

2.6.1. Apreciação global

O ciclo de estudos (CE) tem um corpo docente próprio, constituído por 10 docentes integrados na carreira docente (3 professores coordenadores e 7 professores adjuntos) em tempo integral (10 ETIs, i.e. 100%), o qual é também academicamente qualificado na medida em que todos têm o grau de doutor (10 ETIS, i.e. 100%). É ainda, especializado nas áreas fundamentais do CE (10 ETIs, i.e. 100%), designadamente com: 3 docentes doutorados na área 623; 3 docentes com formação de base na área 623 e doutoramento em área afim; e 4 doutores em área afim com produção científica na área. Não existe nenhum docente com o título de especialista (alínea g) do artigo 3º do GADES republicado DL nº 65-2018 16ago, conforme DL n.º 206/2009, de 31 de agosto).

O corpo docente é, dum modo geral, altamente qualificado, sendo constituído na totalidade por doutorados, os quais maioritariamente estão ligados à área científica dominante do ciclo de estudos (ciências florestais). Acresce que todos os docentes pertencem aos quadros da instituição, encontrando-se na sua totalidade em tempo integral e apresentando uma elevada estabilidade profissional no IPB. A coordenação do Mestrado é composta por 3 docentes, igualmente qualificados para estas funções.

Foi indicado posteriormente, após solicitação pela CAE, que o sistema de Avaliação do Pessoal Docente do IPB (denominado de RAD) já foi implementado e que se encontra em funcionamento. Foi recebida a informação que foi elaborada a primeira avaliação respeitante ao triénio 2004/2007, após

o qual foram efetuadas avaliações trianuais até à presente data.

A Coordenação do CE é constituída por três docentes que apresentam perfil académico e profissional adequado na área do CE, ou seja, são titulares do grau de doutor na área de formação fundamental do ciclo (1 professor coordenador doutorado na área 420 e 2 professores adjuntos doutorados na área 623), os quais estão integrados na carreira docente do ensino politécnico da instituição, com vínculo a tempo integral.

2.6.2. Pontos fortes

O ciclo de estudos apresenta um corpo docente próprio, altamente qualificado (todos os elementos são doutorados) e especializado nas áreas fundamentais do CE (623 _Silvicultura e caça e 422 _Ciências do ambiente). Além da experiência pedagógica, revelam também capacidade científica, expressa pelas publicações que constam do Relatório de autoavaliação. O sistema de avaliação de docentes foi já implementado.

2.6.3. Recomendações de melhoria

Corpo docente com algum desequilíbrio, na maioria com um CV que denota uma intensa capacidade de investigação (publicações científicas, projetos), mas alguns denotam uma componente científica insuficiente (vários referem publicações que não correspondem aos últimos 5 anos). Verificando as fichas individuais dos docentes, verifica-se haver alguma dispersão por diversas áreas científicas a nível da docência o que, conjugado com a carga horária, representa um esforço elevado.

Quanto à dinâmica de formação do corpo docente, não existem docentes em programas de doutoramento pois são todos doutorados. No entanto, poderia ser incentivado: (1) a frequência de programas pós-doutorais apoiadas por licenças sabáticas; (2) a realização de provas públicas para obtenção do Título de especialista nas áreas fundamentais do CE; e (3) a realização de provas públicas para obtenção do Título de agregado nas áreas fundamentais do CE para efeitos de promoção interna para a categoria de topo (professor coordenador principal).

3. Pessoal não-docente

Perguntas 3.1. a 3.3.

3.1. Competência profissional e técnica.

O pessoal não-docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à lecionação do ciclo de estudos:

Sim

3.2. Adequação em número.

O número e o regime de trabalho do pessoal não-docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos:

Sim

3.3. Dinâmica de formação.

O pessoal não-docente frequenta regularmente cursos de formação avançada ou de formação contínua:

Não

3.4. Apreciação global do pessoal não-docente

3.4.1. Apreciação global

O pessoal não-docente é suficiente e adequado ao CE e na sua maioria com formação superior. A instituição dispõe de pessoal não-docente (41 trabalhadores), principalmente inseridos na carreira técnica superior (37%), que são suficientemente qualificados para assegurar o bom funcionamento do CE nos diversos setores de apoio aos alunos (atividades administrativas e pedagógicas, designadamente, no apoio informático, na biblioteca, nos laboratórios e na unidade de química analítica). Destes, 17 funcionários possuem formação superior, incluindo 4 com o grau de Mestre e

que trabalham na sua área de formação. Dispõe ainda a Instituição de 22 investigadores, todos doutorados.

3.4.2. Pontos fortes

É indicado que, dos 41 funcionários, 17 possuem formação superior. É ainda de considerar a existência dum largo número de investigadores, todos doutorados. Resulta evidente que não há funcionários diretamente adstritos a este ciclo de estudos, mas é indicado que existem funcionários distribuídos para os diversos serviços de apoio aos alunos, designadamente biblioteca, informática, laboratórios, etc.

3.4.3. Recomendações de melhoria

Não é indicado se os investigadores prestam serviço docente no ciclo de estudos, ou se têm qualquer outra ligação com o Mestrado. No caso de terem formação científica nesta área, seria de toda a conveniência a sua colaboração, na docência ou investigação para a elaboração das dissertações. Não há qualquer indicação sobre a existência, ou frequência, em cursos de formação ou atualização de conhecimentos.

Dos 41 funcionários, ainda assim, 9 concluíram o ensino secundário e 12 não têm formação superior ao 9.º ano de escolaridade. Assim, seria importante incentivar a sua formação/especialização ao longo da vida.

4. Estudantes

Pergunta 4.1.

4.1. Procura do ciclo de estudos.

Verifica-se uma procura consistente do ciclo de estudos por parte de potenciais estudantes ao longo dos 3 últimos anos:

Sim

4.2. Apreciação global do corpo discente

4.2.1. Apreciação global

Existe uma estabilidade na procura deste Mestrado (entre 13 a 16 candidatos/colocados/inscritos) nos últimos 3 anos (anos letivos 2018/19, 2019/20 e 2020/21). Todavia o nº de inscritos está longe de atingir o nº de vagas disponibilizadas (25). A internacionalização deste ciclo de estudos é muito elevada e a maior parte dos candidatos são estrangeiros (provêm de Marrocos, Mali, Itália, Moçambique, Cabo Verde e Brasil). Alguns destes alunos frequentam o mestrado ao abrigo de protocolos de dupla diplomação entre o IPB e outras Instituições de ensino superior estrangeiras (Marrocos e Brasil). Foi fornecida posteriormente a informação que o curso de Mestrado de Gestão de Recursos Florestais é oferecido em língua inglesa e com suporte em língua portuguesa. Foi indicado que as UC's são ministradas prioritariamente em língua inglesa bem como todo o processo de avaliação. Todavia, para os alunos da comunidade de países de língua portuguesa (CPLP) existe paralelamente apoio em língua portuguesa, podendo estes alunos efetuar também a avaliação em português. No caso das UC's transversais a diferentes cursos de mestrado, estas são ministradas em turmas distintas, umas em língua inglesa e outras em português.

4.2.2. Pontos fortes

Atratividade elevada a nível dos PALOP e existência de protocolos com universidades estrangeiras o que facilita a captação de alunos. Possibilidade dos alunos terem aulas e avaliações em português ou Inglês, o que é especialmente importante dado que este ciclo de estudos capta alunos de áreas geográficas muito distintas.

4.2.3. Recomendações de melhoria

Apesar da notória internacionalização do ciclo de estudos, verifica-se que é relativamente fraca a possibilidade de captar alunos em território nacional. Em virtude da diversidade na origem dos

alunos, com formações distintas e nível de conhecimentos diferenciado, deveria ser indicado como é realizado o processo de aprendizagem de modo a permitir nivelar o processo de aprendizagem. É necessário continuar a divulgar o CE para melhorar a procura nacional.

5. Resultados académicos

Perguntas 5.1. e 5.2.

5.1. Sucesso escolar

O sucesso escolar da população discente é satisfatório e é convenientemente acompanhado:

Em parte

5.2. Empregabilidade

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam dificuldades de transição para o mercado de trabalho:

Em parte

5.3. Apreciação global dos resultados académicos

5.3.1. Apreciação global

O nº de graduados no último ano letivo foi de 13, o que contrasta claramente com o nº dos 2 anos anteriores que foi de 2 graduados em cada ano. É referido no Relatório de auto-avaliação que os resultados do sucesso escolar das diferentes áreas científicas, nos três anos letivos são muito satisfatórios, apresentando um valor médio de 91% relativamente aos alunos submetidos a avaliação. Todavia, este valor desce para 62% se forem considerados os alunos os aprovados relativamente aos inscritos, dando a entender que uma parte dos alunos não se apresentam a avaliação.

A média de diplomados para os últimos 3 anos em que é disponibilizada informação (2015/16, 2016/17e 2017/2018) e que obtiveram emprego na área até um ano depois de concluído o ciclo de estudos foi indicada ser de 80%, mas é de referir que 40% destes já trabalhavam na área durante o curso. Aliás, o Relatório refere existir um número elevado de alunos internacionais a frequentar este mestrado que integram Universidades/Centros de Investigação nos seus países de origem. Por sua vez, muitos dos diplomados de nacionalidade Portuguesa já trabalhavam igualmente por conta de outrem.

5.3.2. Pontos fortes

Aumento significativo, no último ano em que há registos, relativamente aos alunos que completaram o ciclo de estudos. Taxa de sucesso muito elevada (dos alunos que se submetem à avaliação).

Incentivo a trabalhos de dissertação em contexto de empresa o que é importante para a empregabilidade. É referido que um elevado nº de dissertações têm sido realizadas no âmbito de projetos de investigação e de prestação de serviços em estreita colaboração com associações produtores florestais, ICNF e empresas privadas.

5.3.3. Recomendações de melhoria

Apenas no último ano houve uma percentagem significativa de alunos que completaram a dissertação. Uma parte significativa dos alunos inscritos não se submete à avaliação, ignorando-se as respetivas causas (possivelmente derivado dos condicionalismos de muitos serem estudantes estrangeiros).

É necessária informação mais atualizada sobre a empregabilidade.

Não é transparente como é possível que uma % significativa de estudantes trabalhadores possam conciliar a atividade profissional com a letiva.

6. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

Perguntas 6.1. a 6.5.

6.1. Centros de Investigação

A instituição dispõe de recursos organizativos e humanos que integrem os seus docentes em atividades de investigação, seja por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em instituições científicas reconhecidas:

Sim

6.2. Produção científica ou artística

Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, livros e capítulos de livro ou trabalhos de produção artística, ou publicações resultantes de atividades de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível, nos últimos cinco anos, com relevância para a área do ciclo de estudos:

Sim

6.3. Outras publicações

Existem outras publicações do corpo docente com relevância para a área do ciclo de estudos, designadamente de natureza pedagógica:

Sim

6.4. Atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico

As atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) fundamental(ais) do ciclo de estudos representam um contributo real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a ação cultural, desportiva e artística:

Sim

6.5. Integração em projetos e parcerias nacionais e internacionais

As atividades científicas, tecnológicas e artísticas estão integradas em projetos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Sim

6.6. Apreciação global dos resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

6.6.1. Apreciação global

A maior parte dos docentes (9 dos 10 docentes) encontra-se ligada ao Centro de Investigação de Montanha (CIMO) classificado como Excelente pela FCT, o que permite ainda através do CIMO integrarem redes internacionais relevantes nesta área da formação. A lista de publicações científicas revela a maturidade da investigação de muitos docentes e é claramente multidisciplinar dentro das áreas científicas das Ciências Florestais e do Ambiente. As duas dezenas de projetos FCT nos últimos 10 anos revela também a capacidade científica dos docentes. Acresce um elevado número de prestações de serviço, também em áreas muito diversas, para além de apoio técnico e formativo às atividades florestais na região.

6.6.2. Pontos fortes

De destacar o claro perfil de investigação de muitos docentes e a sua ligação a redes de investigação nacional e internacionais, bem como a sua inserção em prestações de serviço, é uma garantia para a supervisão de dissertações de Mestrado. Nesse sentido, o seu enquadramento através do CIMO é também relevante. É ainda patente existir uma forte ligação entre este ciclo de estudo e as necessidades da região no domínio florestal em sentido lato (incluindo o ambiente, recursos faunísticos e ordenamento do território).

6.6.3. Recomendações de melhoria

Nada a indicar

7. Nível de internacionalização

Perguntas 7.1. a 7.3.

7.1. Mobilidade de estudantes e docentes

Existe um nível significativo de mobilidade de estudantes e docentes do ciclo de estudos:

Sim

7.2. Estudantes estrangeiros

Existem estudantes estrangeiros matriculados no ciclo de estudos (para além de estudantes em mobilidade):

Sim

7.3. Participação em redes internacionais

A instituição participa em redes internacionais com relevância para o ciclo de estudos:

Sim

7.4. Apreciação global do nível de internacionalização

7.4.1. Apreciação global

A larga maioria dos estudantes é estrangeira, com origem essencialmente dos PALOPs, mas também do Norte de África. Para além disto os estudantes participam também na rede ERASMUS. Por sua vez os docentes através do CIMO participam em 5 redes internacionais em diversos domínios ligados às Ciências Florestais. É ainda de acrescentar o estabelecimento de protocolos diversos com Universidades estrangeiras, inclusivamente para implementação de Programas de Dupla Diplomação na área da Gestão dos Recursos Florestais.

7.4.2. Pontos fortes

A clara internacionalização do ciclo de estudos na capacidade de captar estudantes estrangeiros é um dos pontos fortes.

Por outro lado, os docentes participam em algumas das redes internacionais mais relevantes na área dos Recursos Florestais, como a CLIMO, a FAO Silva-MED Work Group 7, a rede IUFRO, a rede Steering Committee of the Mountain Partnership e a rede EUROMONTANA.

Paralelamente, o IPB participa em redes de mobilidade como o ERASMUS ou a ICM.

O estabelecimento de protocolos com Universidades estrangeiras vem permitir também uma sustentabilidade na capacidade de atrair estudantes estrangeiros.

7.4.3. Recomendações de melhoria

É conveniente continuar a promover protocolos de dupla diplomação com outras instituições de ensino superior estrangeiras.

8. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Perguntas 8.1 a 8.6

8.1. Sistema interno de garantia da qualidade

Existe um sistema interno de garantia da qualidade, a nível da Instituição ou da Unidade Orgânica, certificado pela A3ES:

Não (continua no campo 8.2)

8.2. Mecanismos de garantia da qualidade

Existem mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos e das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem:

Sim

8.3. Coordenação e estrutura(s) de apoio

Existem um coordenador e estrutura(s) responsáveis pela implementação dos mecanismos de garantia da qualidade do(s) ciclo(s) de estudos:

Sim

8.4. Avaliação do pessoal docente

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.5. Avaliação do pessoal não-docente

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.6. Outras vias de avaliação

Existiram outras avaliações do ciclo de estudos ou de natureza institucional, nos últimos cinco anos, não conduzidas pela A3ES:

Não

8.6.1. Conclusões de outras avaliações (quando aplicável)

Não aplicável

8.7. Apreciação global dos mecanismos de garantia da qualidade

8.7.1. Apreciação global

Não existe ainda um sistema interno de garantia da qualidade certificado pela A3ES. Todavia, é indicado que na ESA-IPB estão já implementados diversos mecanismos de garantia da qualidade dos diversos ciclos de estudos e nas atividades ligadas aos processos de ensino e aprendizagem. Para o efeito, a instituição dispõe de várias plataformas online (p.e., para lançamento de sumários ou para a disponibilização de recursos pedagógicos das UCs destinados aos alunos). São fornecidos ainda modelos para a elaboração das fichas das UCs, os quais se encontram disponíveis online.

São elaborados relatórios semestrais da comissão de curso, apresentados em assembleia do Conselho Pedagógico, bem como outros inquéritos, igualmente semestrais, a serem entregues aos estudantes e docentes sobre o desempenho pedagógico da atividade docente e sobre o funcionamento das UCs. É mencionado que cada departamento e a Comissão de curso elaboram um relatório para ser posteriormente integrado no relatório global de desempenho pedagógico a aprovar em Conselho Pedagógico. São disponibilizados todos os meios para os alunos seguirem as matérias ministradas (fichas formatadas, plataforma web, sumários, etc.).

Para além disto existe um Relatório global de atividades da Escola, onde cada departamento é responsável pela elaboração do relatório de atividades dos respetivos docentes e um Relatório institucional sobre a concretização do Processo de Bolonha.

Existem ainda inquéritos aos empregadores, aos ex-alunos, e também recolha de informação interna sobre o sucesso escolar e o abandono, bem como recolha de informação externa sobre empregabilidade.

O IPB tem um Sistema de Avaliação do Desempenho do Pessoal Docente (RADPD - publicado no Regulamento n.º 14/2011 de 10 de janeiro) com uma periodicidade trienal.

A avaliação do pessoal não docente é realizada regularmente e de acordo com as normas do SIADAP.

8.7.2. Pontos fortes

Acompanhamento Pedagógico bem definido (designadamente através das fichas da UCs, plataforma

de sumários, plataforma de recursos pedagógicos das UCs, relatórios semestrais de curso, inquéritos para avaliação do desempenho da atividade pedagógica das UCs e do respetivo funcionamento, relatório da unidade orgânica e relatório institucional.

8.7.3. Recomendações de melhoria

Não existe um sistema interno de garantia da qualidade certificado pela A3ES.

Não existem aparentemente estruturas a nível da Escola ou do IPB que sejam responsáveis pela análise da informação decorrente dos inquéritos aos empregadores, aos ex-alunos, da informação interna sobre o sucesso escolar e ao abandono ou sobre empregabilidade (todavia, é indicado existir um gabinete de empreendedorismo). Existe de facto recolha de informação diversa, mas fica também por apurar a responsabilidade duma estrutura específica que implemente processos de melhoria a diversos níveis com base nos dados obtidos.

9. Melhoria do ciclo de estudos - Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria

9.1. Evolução desde a avaliação anterior

No essencial, no novo plano curricular foi introduzida uma nova Unidade Curricular designada “Unidade Livre IPB”, o que obrigou à redução da carga horária de três UCs já existentes (“Conservação da Natureza”, “Cinegética e Turismo” e “Recreio na Natureza”) que passaram de 162 h (6 ECTS) para 108 h (4 ECTS). A UC de “Cinegética” passou a designar-se “Gestão Cinegética e de Fauna Silvestre”. As outras duas UC mantiveram a sua designação. As fichas destas UCs foram revistas e adaptadas à redução da carga letiva. Na nova UC foi indicado que os alunos são estimulados a realizar projetos/módulos (i.e., living labs) que combinam o ensino e a investigação prática, procurando envolver estudantes, investigadores, docentes, empresas e outras organizações, para a obtenção de novos produtos, processos e serviços. Em alternativa a esta nova UC, a instituição refere que os alunos têm ainda a possibilidade de selecionar outras UCs lecionadas em qualquer um dos mestrados ministrados no IPB.

Esta informação foi obtida após solicitação pela CAE relativamente a este aspeto.

9.2. Apreciação e validação das propostas de melhoria futura

As propostas de melhoria futura assentam na procura do aumento da atratividade com base na realização de projetos e estágios em áreas ditas como emergentes, e também promoção do curso em eventos científicos, técnicos ou vocacionais, dirigidos aos jovens licenciados nacionais ou estrangeiros, embora estes aspetos necessitem duma planificação mais concreta. É referido também que se procura melhorar a eficiência da instituição e dos resultados dos alunos de modo a permitir aos docentes aumentar o tempo dedicado a atividades de I&D e à orientação das dissertações e ainda aumentar a produção técnico-científica na área das ciências florestais. Outro dos objetivos de melhoria está relacionado com o reforço das parcerias com instituições de Ensino Superior Portuguesas e Estrangeiras, bem como o de promover a realização de estágios Erasmus +. Também aqui, em especial no incremento de atividades de I&D envolvendo os alunos, é necessário definir mais concretamente os processos adequados para se atingir esse objetivo.

10. Reestruturação curricular (se aplicável)

10.1. Apreciação e validação da proposta de reestruturação curricular

Não aplicável

11. Observações finais

11.1. Apreciação da pronúncia da instituição (quando aplicável)

Não aplicável

11.2. Observações

Ao abrigo do Despacho 15/22 do Conselho de Administração da A3ES, a CAE entendeu que o presente processo reúne informação suficiente para a elaboração do relatório de avaliação, sem haver a necessidade de levar a cabo reuniões de esclarecimento.

A CAE realça que o IPB possui certificado ISO 9001 e desenvolveu um "Guia informativo ECTS". De realçar também a existência dum gabinete de relações internacionais e um gabinete de empreendedorismo. É referido que a região dispõe do Brigantia EcoPark, em que o IPB é parceiro, o que pode permitir a interação com o tecido empresarial da região, tendo na componente florestal, uma importante área de atuação. Todavia, não sabemos se existe alguma interação do EcoPark com o ciclo de estudos, nem este aspeto está incluído nas ações de melhoria (análise SWOT). O mesmo acontece, embora a outro nível, com a existência do Colab MORE.

É indicado que existe uma continuação da tendência para a procura por alunos internacionais, facilitada pela oferta do mestrado em inglês. Contudo, não é referido no Relatório de auto-avaliação que existam UCs ministradas em inglês.

É um facto que o encerramento há vários anos da licenciatura de Engenharia Florestal limita a disponibilidade de alunos para este Mestrado. Mas entre as medidas propostas como ações de melhoria não aparece a possibilidade de captação de alunos por parte de outras licenciaturas, quer do IPB, quer de outras instituições de Ensino Superior, tendo em conta o carácter multidisciplinar deste ciclo de estudos, designadamente no domínio do Ambiente e Ordenamento do Território, para além das Ciências Florestais.

11.3. PDF (máx. 100kB)

<sem resposta>

12. Conclusões

12.1. Apreciação global do ciclo de estudos

O ciclo de estudos em apreciação apresenta uma duração e um número de créditos de acordo com as normas legais para um 2º ciclo. Em termos de procura, esta mantém-se relativamente estável, todavia, o número de inscritos está longe de atingir o total de vagas disponibilizadas. Neste aspeto, o número de admissões disponibilizado em cada ano parece ser aceitável, tendo em conta a procura que se verifica ao longo dos anos. Este Mestrado revela uma notória internacionalização, com uma atratividade elevada a nível dos PALOP, sustentada por protocolos com universidades estrangeiras, o que facilita a captação de alunos. Contrariamente, constata-se ser relativamente fraca a possibilidade de captação de alunos em território nacional. Neste sentido, a CAE considera que a Escola e a Comissão de Curso deveriam encarar também no futuro a possibilidade de captar alunos provenientes de áreas científicas afins de outras instituições de ensino superior do território nacional, tendo em conta o carácter abrangente do Mestrado em Gestão de Recursos Florestais. A empregabilidade parece ser elevada, até porque uma percentagem elevada dos graduados eram já estudantes-trabalhadores. Contudo, a CAE salienta que o número de dissertações entregues nos últimos anos é escasso e este aspeto deve ser encarado com preocupação. O processo de aprendizagem foi estruturado de modo a procurar absorver características muito distintas por parte do corpo discente, o qual tem origem em diversos países. Na verdade, o Mestrado de Gestão de Recursos Florestais é oferecido em língua inglesa, mas também com suporte em língua portuguesa. Com efeito, e dado que a maioria do corpo discente é estrangeiro, as UC's são ministradas em língua inglesa bem como todo o processo de avaliação, mas para os alunos CPLP que frequentam este ciclo de estudos é-lhes fornecido apoio em língua portuguesa, podendo a avaliação ser realizada também nesta língua. No caso das UC's transversais a diferentes 2ºs ciclos, estas são ministradas em turmas distintas, umas em língua inglesa e outras em língua portuguesa, selecionando os alunos a turma mais conveniente. Deste modo, estamos em crer que o IPB cria as condições de atratividade e de bom desempenho por parte dum leque de alunos tão variado. Contudo, relativamente ao ponto de

vista de nivelção de conhecimentos para uma adequada adaptação este aspeto ainda não parece estar devidamente enquadrado.

A CAE salienta especificamente que o corpo docente é, dum modo geral, altamente qualificado, sendo constituído na totalidade por doutorados (10 docentes), os quais maioritariamente estão ligados à área científica dominante do ciclo de estudos (ciências florestais). Acresce que todos os docentes pertencem aos quadros da instituição, encontrando-se na sua totalidade em tempo integral e apresentando uma elevada estabilidade profissional, além de que, na sua maioria, demonstram uma notória capacidade científica, quer pela sua inserção no centro de investigação CIMO, quer através das numerosas publicações científicas em revistas dos quartis superiores, além da participação em numerosos projetos FCT. É ainda importante referir a participação dos docentes em redes internacionais no domínio deste ciclo de estudos, algumas das quais de elevada relevância, bem como noutras áreas, para além das Ciências Florestais. Não obstante, no que diz respeito ao pessoal não docente não há qualquer indicação sobre a frequência de cursos de formação ou atualização de conhecimentos.

Quer para docentes, quer para não-docentes estão definidas formas de avaliação de desempenho (designadas respetivamente como RADP e SIADAP). Se bem que não exista um sistema interno de garantia da qualidade certificado pela A3ES, é indicado que nesta Escola estão implementados diversos mecanismos de garantia da qualidade dos diversos ciclos de estudos e para as atividades ligadas aos processos de ensino e aprendizagem. Estes passam pela elaboração de inquéritos dirigidos aos docentes e discentes, posteriormente analisados em sede de Conselho Pedagógico.

12.2. Recomendação final.

Com fundamento na apreciação global do ciclo de estudos, a CAE recomenda:

O ciclo de estudos deve ser acreditado condicionalmente

12.3. Período de acreditação condicional (se aplicável):

1

12.4. Condições:

A CAE agradece a informação mais recente que foi disponibilizada pela instituição. Todavia, as condições específicas de acesso e ingresso não se limitam às condições legais genéricas que se encontram descritas no Sistema de Ensino Superior Português (disponibilizado pelo NARIC)., nem as mesmas se podem extrair a partir das diferentes proveniências dos alunos nacionais e internacionais que frequentaram este 2º ciclo nos últimos anos. Estas condições devem estar devidamente explicitadas para orientação dos candidatos. O que a CAE pretende conhecer com maior pormenor refere-se ao perfil que é exigido ao candidato, nomeadamente serem titulares de grau em que áreas científicas (previamente definidas), a existência ou não de limites mínimos no que se refere às médias de candidatura, a possibilidade de candidatura estudantes com CV relevante em termos profissionais e em que áreas, a obtenção de grau académico superior estrangeiro (para estudantes de outras nacionalidades), de acordo ou não com as normas do Processo de Bolonha e em que áreas científicas, etc. Estes são apenas meros exemplos do que poderão consistir os elementos que definam o perfil do candidato, sem prejuízo da posterior seleção pelos órgãos da Escola.

A acreditação condicional será revista logo que sejam fornecidos estes elementos